



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 19 NOV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 646 /2013

Revoga a Lei nº 12.504/1999.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 12.504, de 22 de janeiro de 1999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

15:30 19/11/2013 010040 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 11.008, de 27 de dezembro de 1994 já havia concedido o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Tebas. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

Assim, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 12504 - 22 de Janeiro de 1999

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 5430 de 5 de Fevereiro de 1999

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Nova Tebas e foro em Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Nova Tebas e foro em Pitanga.

☐ **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de janeiro de 1999.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Revogar. J

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado *Manoel Dias.*

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 646/2013

Projeto de Lei nº. 646/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 12.504/1999.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 12.504/1999
QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE
PÚBLICA- DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER
FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 12.504/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede em Nova Tebas e foro em Pitanga.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 11.008/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Face da Vida, com sede e foro na Cidade de Nova Tebas, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 12.504/1999.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

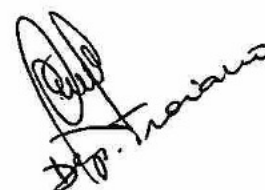
Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Turini

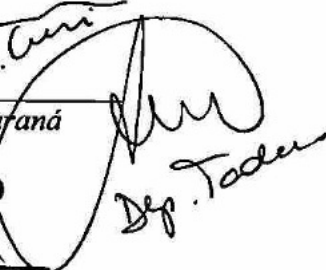

Dep. Carlos


Dep. Traiano


Dep. Curi

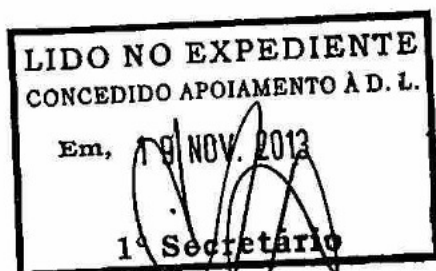
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO
11/12/13


Dep. Tadeu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 653/2013

Revoga a Lei nº 11.121/1995.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 11.121, de 30 de junho de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA** ✓
MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública a diversas associações de Municípios no mesmo projeto de lei.

No entanto, tal possibilidade não se mostra possível conforme exposto no parecer em anexo.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 653/2013

Projeto de Lei nº. 653/2013

Autores: Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 11.121/1995.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 11.121/1992
QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA
- DIVERSAS ENTIDADES DECLARADAS DE
UTILIDADE POR APENAS UMA LEI-
IMPOSSIBILIDADE - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caio Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a seguinte Lei:

Lei 11.121/1995. Súmula: Declara de utilidade pública as Associações de Municípios que especifica.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a diversas associações de Municípios no mesmo projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Assim, em prosseguimento da matéria é importante ressaltar que a declaração de utilidade pública deve, necessariamente, ser feita caso a caso, com uma Lei específica para cada entidade assim enquadrada.

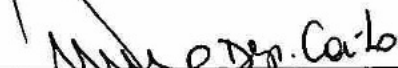
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



APROVADO

17.12.13



PROJETO DE LEI Nº 658/2013

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 20 NOV. 2013

1º Secretário

Revoga as Leis nº 4.742/1963, nº
6.580/1974, nº 6.648/1974, nº
6.790/1976, nº 6.801/1976, nº
6.812/1976, nº 6.872/1977, nº
7.148/1979, nº 7.446/1981, nº
7.805/1983, nº 8.366/1986, nº
8.607/1987, nº 8.696/1987, nº
8.738/1988 e nº 8.964/1989.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 4.742, de 6 de agosto de 1963; nº 6.580, de 4 de julho de 1974; nº 6.648, de 24 de dezembro de 1974; nº 6.790, de 31 de maio de 1976; nº 6.801, de 21 de junho de 1976; nº 6.812, de 8 de julho de 1976; nº 6.872, de 28 de abril de 1977; nº 7.148, de 23 de maio de 1979; nº 7.446, de 14 de maio de 1981; nº 7.805, de 22 de dezembro de 1983; nº 8.366, de 22 de setembro de 1986; nº 8.607, de 29 de outubro de 1987; nº 8.696, de 30 de dezembro de 1987; nº 8.738, de 6 de janeiro de 1988 e nº 8.964, de 20 de abril de 1989.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**

PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 658/2013

Projeto de Lei nº. 658/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 4.742/1963, 6.580/1974, 6.648/1974, 6.790/1976, 6.801/1976, 6.812/1976, 6.872/1977, 7.148/1979, 7.446/1981, 7.805/1983, 8.366/1986, 8.607/1987, 8.696/1987, 8.738/1988 e 8.964/1989.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 4.742/1963, 6.580/1974, 6.648/1974, 6.790/1976, 6.801/1976, 6.812/1976, 6.872/1977, 7.148/1979, 7.446/1981, 7.805/1983, 8.366/1986, 8.607/1987, 8.696/1987, 8.738/1988 E 8.964/1989 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 4.742/1963. Súmula: Declara de utilidade pública a "COLSAN PARANÁ", com sede e foro em Curitiba.

Lei 6.580/1974. Súmula: Declara de utilidade pública o Educandário São José, com sede e foro na Cidade de Paranavaí.

Lei 6.648/1974. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da comunidade de Maringá, com sede e foro naquela Cidade.

Lei 6.790/1976. Súmula: Declara de utilidade pública o LAR DOS VELHINHOS, sociedade beneficente, com sede na cidade de Maringá.

Lei 6.801/1976. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE DE MARINGÁ, com sede na Cidade de Maringá.

Lei 6.812/1976. Súmula: Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais, com sede e foro na Cidade de Nova Esperança.

Lei 6.872/1977. Súmula: Declara de utilidade pública o CLUBE DA AMIZADE, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Lei 7.148/1979. Súmula: Declara de utilidade pública a LEGIÃO MIRIM DE ROLÂNDIA, com sede e foro na Cidade do mesmo nome.

Lei 7.446/1981. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRUDENTÓPOLIS, com sede e foro na Cidade de Prudentópolis.

Lei 7.805/1983. Súmula: Declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL DO ROSÁRIO", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Lei 8.366/1986. Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DEFSA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE TOLEDO- ADEATO", com sede e foro no Município de Toledo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 8.607/1987. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE RIO BOM- APMI, com sede e foro no Município de Rio Bom, Estado do Paraná.

Lei 8.696/1987. Súmula: Declara de utilidade pública o "CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TOMASINA- CODECOM", com sede e foro no Município de Tomasina.

Lei 8.738/1988. Súmula: Declara de utilidade pública a Escola Agrícola "Tia Dalva", com sede e foro na Cidade de Palmas.

Lei 8.964/1989. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA DAL' COL, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



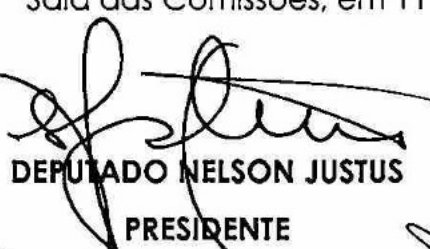
Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

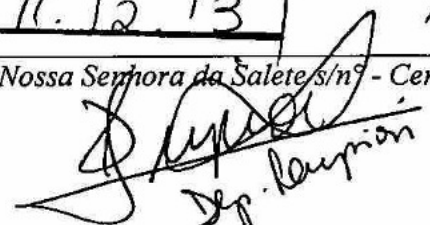

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

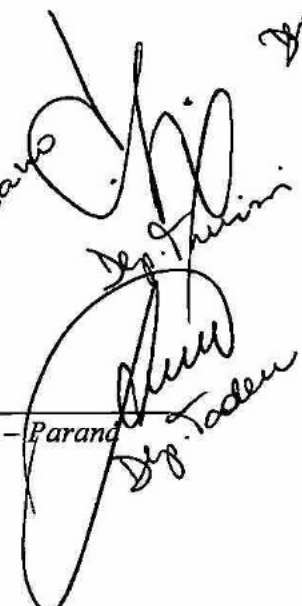

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

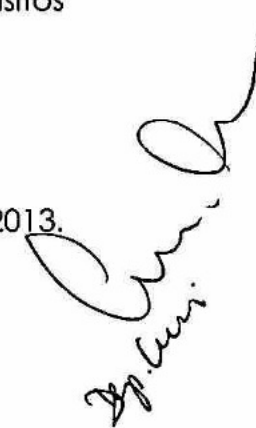
APROVADO

11.12.13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Laurion


Dep. Tadeu


Dep. Luis


Dep. Paul



PROJETO DE LEI Nº 675/2013

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 26 NOV. 2013

1º Secretário

Revoga as Leis nº 11.808/1997, nº
11.984/1997, nº 12.029/1998, nº
12.177/1998, nº 12.496/1999, nº
12.519/1999, nº 12.538/1999, nº
12.571/1999, nº 12.682/1999, nº
12.768/1999, nº 12.890/2000.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 11.808, de 14 de agosto de 1997; nº 11.984, de 30 de dezembro de 1997; nº 12.029, de 30 de janeiro de 1998; nº 12.177, de 27 de maio de 1998; nº 12.496, de 22 de janeiro de 1999; nº 12.519, de 25 de janeiro de 1999; nº 12.538, de 25 de janeiro de 1999; nº 12.571, de 8 de junho de 1999; nº 12.682, de 30 de setembro de 1999; nº 12.768, de 17 de dezembro de 1999; nº 12.890, de 29 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**

PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à extinção por encerramento e liquidação voluntária.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 675/2013

Projeto de Lei nº. 675/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 11.808/1997, 11.984/1997, 12.029/1998, 12.177/1998, 12.496/1999, 12.519/1999, 12.538/1999, 12.571/1999, 12.682/1999, 12.768/1999 e 12.890/2000.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 11.808/1997, 11.984/1997, 12.029/1998, 12.177/1998, 12.496/1999, 12.519/1999, 12.538/1999, 12.571/1999, 12.682/1999, 12.768/1999 E 12.890/2000 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 11.808/1997. Súmula: Declara de utilidade pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no município de Francisco Alves.

Lei 11.984/1997. Súmula: Declara de utilidade pública o "Instituto Dr. Elias Abrão", com sede e foro no município de Curitiba.

Lei 12.029/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Nova Vida, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 12.177/1998. Súmula: Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Paranacity, com sede e foro no município de Paranacity.

Lei 12.496/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Mirim Ribeirão- Clarense, com sede e foro no município de Ribeirão Claro.

Lei 12.519/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Fraternidade Beneditina Mãe da Divina Providência, com sede e foro na cidade de Maringá.

Lei 12.538/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Casa Lar-Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no município de Jaguapitã.

Lei 12.571/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Toledo, com sede e foro no município de Toledo.

Lei 12.682/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Lions Clube Curitiba- Centro, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.768/1999. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Lei 12.890/2000. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Harbarium de Saúde e Pesquisa, com sede e foro no município de Colombo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

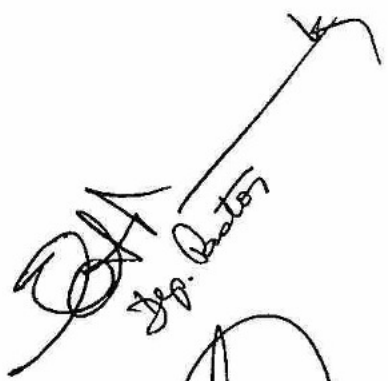

Dep. Scanavaca


Dep. Celso


Dep. Turini


Dep. Hermosilo



Dep. Durigon


Dep. Pastor


Dep. Tadeu

APROVADO

16.12.13


Dep. Nereu

VERON=24/13

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 02/12/2013

Presidente



OF/CTL/SEEG nº 336/2013.

Curitiba, 26 de novembro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 02 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 274/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 6/2013, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 6/2013, de autoria parlamentar, objetiva destinar às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam aos requisitos que especifica, quatro por cento das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular, conforme especifica.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de razões de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, pois viola a gênese do contido no inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual. Vejamos:

"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."

Ademais, a COHAPAR mostrou-se desfavorável à proposta considerando que criaria um privilégio de difícil regulamentação, neste momento, além de a Secretaria de Estado da Segurança Pública ter recomendado que a proposta legislativa deveria ser melhor discutida no âmbito dos órgãos do Executivo Estadual.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.871.315-0



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Todavia, considerando a existência da legislação no Estado que "destina às "mulheres chefes de família" que atendam aos requisitos que especifica, 20% das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular", Lei nº 15.301 de 04 de outubro de 2006, o objeto do presente projeto pode ser regulamentado juntamente com o objeto constante na lei supracitada, no sentido de também contemplar as mulheres vítimas de violência doméstica, nos moldes do projeto em tela, haja vista a intenção de efetivação por parte do Poder Executivo ante a relevância social da medida.

Por todo exposto, esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Projeto de Lei nº 6/2013
(Autoria do Deputado Pedro Lupion)

Destina às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam aos requisitos que especifica, quatro por cento das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Todos os programas de loteamentos sociais e de habitação popular do Estado do Paraná deverão designar no mínimo quatro por cento de suas unidades para as mulheres vítimas de violência doméstica que preencham os demais requisitos estabelecidos para concessão pelos órgãos competentes.

§ 1º Para os efeitos desta Lei são consideradas mulheres vítimas de violência doméstica aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º A comprovação da condição estabelecida no art. 1º desta legislação far-se-á mediante:

I – a apresentação do competente Boletim de Ocorrência, expedido pelo Distrito Policial;

II – havendo ação penal instaurada em face do agressor, deverá ser apresentada a competente certidão, emitida pelo Poder Judiciário;

III – relatório elaborado por assistente social;

IV – comprovação de tramitação do inquérito policial instaurado ou certidão de tramitação de ação penal instaurada.

§ 1º A documentação exigida nesta legislação deverá ser entregue no ato da inscrição da mulher vítima de violência doméstica no programa de loteamento social e/ou de habitação popular.

Art. 3º Não fará jus aos benefícios previstos nesta legislação a mulher que se utilizar do direito de renunciar a representação, conforme estabelecido no art. 16 da Lei Federal nº 11.340, de 2006.

Art. 4º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias contados da data da sua publicação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



SEEG

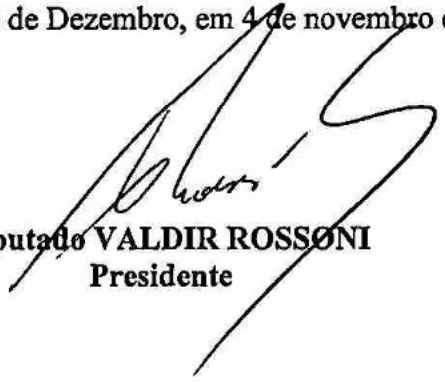
Fls.

fls.2.

Projeto de Lei nº 6/2013

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 4 de novembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 24/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 24/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veto o Projeto de Lei nº 06/2013, de autoria do Deputado Pedro Lupion, que destina às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam aos requisitos que especifica, quatro por cento das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 06/2013, de autoria do Deputado Pedro Lupion, que destina às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam aos requisitos que especifica, quatro por cento das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 06/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **06 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 24/2013, foi exarada em data de **26 de Novembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 9 de Dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DER. ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO

10/12/13

Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná